Ficha 2

Acompanhamento do financiamento para a eliminação da violência contra as mulheres e meninas nos orçamentos nacionais

Ficha prática para organizações de direitos das mulheres e aliadas

Pontos chave

- Os orçamentos são textos políticos, não documentos técnicos neutros. Acompanhar o financiamento da eliminação da violência contra as mulheres e meninas envolve analisar as relações de poder, compreender as prioridades e entender qual segurança é considerada negociável.
- Seguir o rastro do dinheiro é essencial, pois os compromissos em prol da eliminação da violência contra as mulheres e meninas costumam estar dispersos entre diferentes setores e níveis de governo, o que fragmenta o financiamento, dificulta sua visibilidade e facilita sua diluição.
- O marco fiscal define o teto global do gasto e as regras de viabilidade financeira. Ele nunca é neutro e determina quais compromissos são protegidos e quais são ajustados quando os recursos ficam limitados.
- A distribuição de renda e as transferências intergovernamentais determinam se os serviços relacionados com a eliminação da violência contra as mulheres e meninas são financiados nos lugares onde elas vivem, especialmente quando os governos locais assumem as responsabilidades pela implementação.
- Os planos de médio prazo e os instrumentos anuais de desempenho definem se os compromissos assumidos com a eliminação da violência contra as mulheres e meninas se traduzem em investimentos financiados e sustentáveis ou se são fortes retoricamente, mas frágeis na hora de receber financiamento.
- A incidência no orçamento deve abranger todo o ciclo (formulação, aprovação, execução e supervisão), já que os compromissos costumam ser descumpridos durante a implementação, não durante a aprovação.
- As iniciativas orçamentárias paralelas fortalecem a prestação de contas ao reconstruir um orçamento nacional de eliminação da violência contra as mulheres e meninas, ou da violência de gênero, com base em compromissos de política pública e padrões mínimos e, em seguida, utilizar as discrepâncias em relação às alocações oficiais para influenciar as decisões orçamentárias reais.

Síntese do roteiro orçamentário

A ficha orienta ao longo de quatro etapas práticas, seguidas de um conjunto de estratégias de incidência e uma lista de sinais de alerta.

Ler o marco fiscal: Para compreender as decisões sobre receitas, endividamento e gastos que definem os limites do orçamento.

Rastrear as prioridades nos planos de médio prazo e anuais: Para identificar em que ponto os compromissos políticos se concretizam (ou não) em intenções de financiamento.

Participar ao longo do ciclo orçamentário: Estar presente em cada etapa, pois cada uma redistribui o poder e abre diferentes janelas de influência. Na etapa de formulação, as prioridades são definidas antes de se concretizarem em cifras; na de aprovação, os órgãos legislativos podem debater, modificar ou condicionar os orçamentos; na de execução, os recursos são liberados e os serviços prestados (ou não); e na de supervisão, as auditorias e avaliações evidenciam a lacuna entre compromisso e execução, dando início ao ciclo seguinte.

Colocar a análise em ação: Apresentamos aqui oito estratégias de incidência para influenciar o financiamento da eliminação da violência contra as mulheres e meninas.

ACT
Advocacy, Coalition Building, and Transformative Feminist Action to End Violence against Women

COFEM

Contexto: os orçamentos e o marco fiscal

Os orçamentos se inscrevem em um contexto mais amplo de recursos denominado **marco fiscal**. O marco fiscal estabelece o volume total de receitas, endividamento e gastos no médio prazo (geralmente de três a cinco anos) e se expressa por meio de documentos de estratégia fiscal, declarações de política orçamentária ou outros instrumentos similares.[1]

Dentro desse marco, **a distribuição de receitas** — habitualmente estabelecida na legislação ou em regras fiscais formais — aloca recursos verticalmente entre níveis de governo nacionais e subnacionais e horizontalmente entre setores e instituições.

Os **planos de médio prazo** traduzem estratégias políticas em tetos de gastos plurianuais, ao passo que **os orçamentos anuais e os documentos de desempenho** especificam programas, resultados e indicadores para um determinado ano.[2]

Em conjunto, esses instrumentos determinam se os compromissos em matéria de eliminação da violência contra as mulheres e meninas se consolidam, se diluem ou se perdem, razão pela qual todos eles requerem uma análise a partir da perspectiva da eliminação da violência contra as mulheres e meninas.

PASSO 1:
Ler o marco fiscal

Por que é importante

Para ativistas feministas e profissionais que trabalham na eliminação da violência contra as mulheres e meninas, o marco fiscal deve ser lido como um documento político que define as prioridades financeiras do governo. Estabelece quanto o Estado espera arrecadar, quanto planeja gastar, quanto prevê endividar-se, quanto destinará ao pagamento da dívida e quão amplos podem ser os déficits no médio prazo[3]. Essas decisões determinam quais compromissos são protegidos quando os recursos são limitados e quais são tratados como discricionários.

Quando o espaço fiscal[3] é definido de maneira restritiva, as questões que contam com recursos insuficientes, como a prevenção da violência, o apoio às sobreviventes e os serviços de justiça, costumam ser as primeiras a sofrer cortes, adiamentos ou fragmentação entre instituições. Pelo contrário, quando a eliminação da violência contra as mulheres e meninas é reconhecida como uma obrigação central, é mais provável que seja protegida dentro dos tetos de gastos e refletida nas decisões de financiamento de médio prazo.

EXEMPLO DE PAÍS

FOWODE, Uganda[6]

O relatório *Budgeting for Peace* [Elaboração de orçamentos pela paz] (2021) do Fórum de Mulheres pela Democracia analisa as decisões fiscais nacionais para evidenciar o financiamento insuficiente da prevenção e da resposta frente à violência em distritos afetados por conflitos. A FORD utiliza essa análise em relatórios parlamentares e diálogos distritais, vinculando as decisões macro fiscais às experiências vividas por mulheres e meninas.

O que fazer

- Ler os documentos de estratégia fiscal, as declarações de política orçamentária e a legislação sobre distribuição de receitas a partir de uma perspectiva baseada na eliminação da violência contra as mulheres e meninas. Para obter orientação prática, consulte os Pacotes de Recursos e os Manuais de Capacitação sobre Orçamento Sensível a Gênero (GRB, na sigla em inglês) da ONU Mulheres para a Europa e a Ásia Central, que oferecem módulos de capacitação estruturados e ferramentas para ajudar o pessoal do setor público, ONGs e profissionais a integrar a GRB nos processos de planejamento e elaboração orçamentária.

- Prestar atenção às **transferências intergovernamentais.**[4] Em muitos contextos, os governos nacionais estabelecem as políticas e os governos subnacionais prestam os serviços, como abrigos, assistência jurídica, resposta policial e apoio psicossocial aos sobreviventes. As transferências determinam se a prevenção e a resposta em matéria de eliminação da violência contra as mulheres e meninas contam com financiamento onde as mulheres efetivamente moram.

- Em sistemas descentralizados ou federais, a fragmentação pode gerar lacunas em abrigos, atuação policial, tribunais e serviços sociais.[5] É necessário identificar onde essas lacunas se manifestam no contexto correspondente.

- Utilizar o marco fiscal para questionar afirmações segundo as quais os compromissos não podem ser financiados, identificar onde os recursos são absorvidos e localizar pontos de pressão nos quais a realocação, a proteção ou novas receitas possam fortalecer o investimento sustentável na eliminação da violência contra as mulheres e meninas.

PASSO 2:

Rastrear as prioridades nos planos de médio prazo e anuais

Por que é importante

Os planos de médio prazo e os instrumentos anuais de desempenho são os espaços onde os compromissos políticos se traduzem em intenções de financiamento estruturadas, ou se diluem de maneira silenciosa. Essas ferramentas estabelecem tetos de gastos para ministérios, departamentos e agências ao longo de um horizonte definido, indicando quais prioridades se sustentam no tempo, em vez de serem tratadas como iniciativas pontuais. Os orçamentos anuais e os planos de desempenho operacionalizam essas intenções para um determinado ano.

Este é um ponto de pressão crítico em matéria de eliminação da violência contra as mulheres e meninas. As estratégias e os documentos de políticas públicas costumam mencionar a violência contra as mulheres e meninas como uma prioridade; no entanto, os instrumentos de planejamento e elaboração de orçamentos frequentemente falham em operacionalizar esses compromissos, com intervenções sem custeio, responsabilidades institucionais pouco claras e medidas de desempenho demasiado vagas para serem verificadas. Como resultado, os compromissos com a eliminação da violência contra as mulheres e meninas parecem *sólidos no plano retórico, mas frágeis no plano financeiro.*[7]

O que observar

- ☑ Como e quando as prioridades relacionadas à eliminação da violência contra as mulheres e meninas ingressam no processo de planejamento.
- ☑ Se as intervenções contam com custeio, responsabilidades institucionais claras e indicadores de desempenho que possam ser verificados de maneira independente.
- ☑ Se as decisões macroeconômicas[8], as alocações setoriais e a estrutura institucional se alinham com os compromissos de prevenir a violência e apoiar as sobreviventes.

Uma abordagem com perspectiva de gênero não se limita aos programas rotulados para mulheres ou para a eliminação da violência contra as mulheres e meninas, mas também examina de que maneira todo o contexto de planejamento e elaboração de orçamentos influencia o risco, o acesso aos serviços e as condições que permitem ou previnem a violência. **Portanto, a análise da eliminação da violência contra as mulheres e meninas deve ir além dos gastos especificamente alocados, para também avaliar se os orçamentos em sua totalidade se alinham com os compromissos de prevenir a violência e apoiar as sobreviventes.**



EXEMPLOS DE PAÍSES - acompanhamento do gasto rotulado e não rotulado

México: Anexo 13 [9]

O orçamento federal inclui uma declaração anexa (Anexo 13) que realiza o acompanhamento dos gastos alocados à igualdade de gênero, incluindo a prevenção da violência. As ODM a utilizam para comparar alocações ano a ano, apontar casos de subexecução e exigir indicadores de desempenho mais claros.

Índia: Declaração Orçamentária de Gênero[10]

Desde 2005, o orçamento central da Índia inclui uma Declaração Orçamentária de Gênero. As coalizões feministas analisam tanto a Parte A (100% destinada a mulheres) quanto a Parte B (ao menos 30% destinada a mulheres) para localizar programas de eliminação da violência contra as mulheres e meninas e visibilizar lacunas onde o gasto rotulado oculta uma implementação fraca.

Ruanda: Relatórios de orçamentos sensíveis a gênero[11]

Desde 2008, a Lei Orgânica de Orçamento de Ruanda exige que os ministérios setoriais elaborem Relatórios de orçamentos sensíveis a gênero (GBS) anuais juntamente com as apresentações orçamentárias, que são revisadas pelo Ministério de Finanças e Planejamento Econômico e pelo Escritório de Monitoramento de Gênero. Embora esse marco não seja específico para a eliminação da violência contra as mulheres e meninas, ele oferece um ponto de entrada para acompanhar as alocações aos ministérios que implementam ações de prevenção e resposta (saúde, justiça, governos locais) e tem sido utilizado pela sociedade civil para examinar os gastos com perspectiva de gênero em um contexto de baixa renda. Ruanda tem utilizado esses resultados em espaços de diálogo com integrantes dos parlamentos e em instâncias distritais para promover reformas orçamentárias que reflitam melhor as experiências vividas e as prioridades das mulheres e meninas.

PASSO 3:

Participar ao longo do ciclo orçamentário

Por que é importante

Os planos e orçamentos são elaborados, autorizados, implementados e revisados por meio de um ciclo orçamentário composto por quatro etapas: **formulação, aprovação, execução e supervisão.** Cada etapa redistribui o poder entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo e as instituições responsáveis pela implementação, e oferece múltiplas oportunidades para que os compromissos com a eliminação da violência contra as mulheres e meninas sejam impulsionados, diluídos ou suspensos. Cada vez mais, as coalizões feministas e as ODM recorrem a dados orçamentários abertos e a ferramentas digitais de transparência, como os portais BOOST do Banco Mundial, as plataformas de compras públicas abertas baseadas no Padrão de Dados para Contratações Abertas e a Pesquisa sobre Orçamento Aberto da International Budget Partnership, para monitorar a execução e a prestação de contas em tempo real ao longo de todo o ciclo, em vez de esperar os relatórios de auditoria de fim de ano. Na África do Sul, por exemplo, o portal de orçamento aberto Vulekamali (desenvolvido pelo Tesouro Nacional juntamente com a International Budget Partnership) tem sido utilizado por coalizões feministas para acompanhar as alocações e a execução em relação ao Plano Estratégico Nacional sobre Violência de Gênero e Feminicídio (NSP-GBVF), avaliar se os compromissos são implementados na prática e exigir prestação de contas dos departamentos pela subexecução.

Os resultados concretos dos compromissos com a eliminação da violência contra as mulheres e meninas dependem de quem detém o poder em cada etapa, quando as decisões se encerram e onde a prestação de contas pode ser exercida. Em sistemas descentralizados ou federais, grande parte da prestação de serviços para a eliminação da violência contra as mulheres e meninas, como abrigos, assistência jurídica, resposta policial e apoio psicossocial às sobreviventes, está situada no nível subnacional, o que torna as transferências intergovernamentais e a execução local espaços críticos de prestação de contas.

Ao longo do ciclo, a **supervisão legislativa** continua sendo um pilar do controle democrático. Quando os órgãos legislativos carecem de tempo, informação, faculdades de modificação ou apoio técnico, os processos orçamentários tendem a favorecer as prioridades do Poder Executivo, e as questões intersetoriais, como a eliminação da violência contra as mulheres e meninas, são prejudicadas.[12]

1. Formulação

As prioridades são definidas antes de se traduzirem em cifras. Os ministérios de finanças emitem diretrizes orçamentárias ou tetos de gastos; os ministérios setoriais preparam solicitações de financiamento e as negociações conciliam as demandas setoriais com as restrições macrofiscais antes da apresentação de um projeto de orçamento. *A exclusão nesta etapa tem as consequências mais significativas.*

2. Aprovação

As comissões de finanças e as comissões setoriais examinam, debatem, questionam, modificam ou condicionam os orçamentos. Mesmo quando as faculdades formais de modificação são limitadas, esta etapa oferece às ativistas feministas um momento político crítico.

3. Execução

Os compromissos costumam se desarticular nesta etapa. A subexecução, os atrasos nas contratações, o congelamento do quadro de pessoal e o desvio de recursos programáticos *podem esvaziar os serviços vinculados à eliminação da violência contra as mulheres e meninas sem alterar as alocações principais.*[13]

4. Supervisão

Esta etapa fecha o ciclo e molda os ciclos futuros. As auditorias financeiras e de desempenho, os relatórios de avaliação e o acompanhamento legislativo podem visibilizar lacunas entre o compromisso e os resultados concretos.

SÍNTESE DAS QUATRO ETAPAS



EXEMPLOS DE PAÍSES

Atuação ao longo do ciclo

África do Sul: Iniciativa de Orçamento para Mulheres[14]

A Iniciativa de Orçamento para Mulheres (1995–2002), uma colaboração entre o Parlamento e determinadas ONG de pesquisa, elaborou análises de orçamentos setoriais com perspectiva de gênero que informaram diretamente os debates parlamentares. A metodologia — que desagrega alocações e avalia a implementação — ainda é utilizada por grupos feministas de orçamento em nível global.

Quênia: participação dos cidadãos[15]

Após a descentralização de 2013, às ODM e as coalizões orçamentárias do Quênia realizaram o seguimento das alocações dos condados destinadas a centros de recuperação para casos de violência de gênero, por meio de fóruns de participação pública e dos relatórios de implementação do Escritório de Controle Orçamentário, com o objetivo de questionar a subexecução no nível subnacional.

Contexto: processos feministas de elaboração de orçamentos "sombra"

Junto aos processos formais, as iniciativas orçamentárias paralelas ou "sombra" cumprem um papel importante. Espelham os ciclos governamentais, mas contam uma história diferente: consolidam alocações dispersas em matéria de eliminação da violência contra as mulheres e meninas, realizam o seguimento da execução, modelam prioridades alternativas e conectam a participação no orçamento nacional com os compromissos globais de financiamento[16].

Na prática, os orçamentos "sombra" podem ser observados nas análises setoriais da Iniciativa de Orçamento para Mulheres da África do Sul; nos relatórios pré e pós-orçamento do Grupo de Orçamento de Mulheres do Reino Unido sobre os anúncios do Tesouro; no acompanhamento orçamentário sobre gênero e paz da FONDUE em Uganda; e nas coalizões de orçamento com perspectiva de gênero apoiadas pela Oxfam na África Subsaariana.



A capacitação importa

A análise orçamentária é uma habilidade especializada, e isso pode dificultar o escrutínio. É necessário estabelecer vínculos com equipes de pesquisa parlamentar, instituições de auditoria, escritórios orçamentários e analistas fiscais independentes. Quando não existem escritórios orçamentários formais, o conhecimento especializado compartilhado, a capacitação e a análise baseada em coalizões se tornam essenciais.

PASSO 4:
Colocar a análise em ação: oito estratégias de incidência

As estratégias a seguir convertem a análise anterior em influência ao longo do ciclo orçamentário.

Estabelecer quem detém o poder sobre o financiamento em matéria de eliminação da violência contra as mulheres e meninas.

Antes de analisar as cifras, determinar quais são os mandatos formais e quem possui a autoridade para a tomada de decisões entre ministérios, agências e níveis de governo; também identificar quem estabelece os tetos, quem solicita recursos, quem aprova as alocações e quem controla a execução.

Utilizar a análise orçamentária para intervir ali onde as decisões são tomadas.

Aplicar clareza técnica com sentido de oportunidade política. Apresentar a análise orçamentária para a eliminação da violência contra as mulheres e meninas diretamente às comissões parlamentares de finanças e às comissões setoriais durante audiências orçamentárias, revisões de meio termo e sessões de supervisão. Em vez de formular críticas genéricas, adaptar a análise ao mandato de cada comissão, com ênfase nas compensações, na subexecução e nas consequências de uma prestação de serviços inadequada.

Seguir o rastro dos compromissos ao longo da cadeia orçamentária e visibilizar os elos frágeis.

Acompanhar os compromissos com a eliminação da violência contra as mulheres e meninas desde a estratégia ou a política pública, passando pelos planos de médio prazo, até os orçamentos anuais, e daí até os relatórios de gastos durante e ao final do exercício. Documentar onde a ambição é reduzida, os prazos são adiados ou o financiamento desaparece. Esses pontos de vazamento oferecem oportunidades de incidência para questionar a credibilidade e exigir prestação de contas.

Distinguir a vontade política das promessas no papel.

Em cada ciclo orçamentário, comparar as alocações aprovadas com o gasto efetivo em funções relacionadas à eliminação da violência contra as mulheres e meninas. Destacar a subexecução persistente, os atrasos na liberação de recursos ou as realocações de meio de ano. A análise de desvios é uma ferramenta poderosa para questionar governos que afirmam ter compromisso, mas não o cumprem.



Identificar os sinais de alerta de forma antecipada e pública.

Prestar atenção às referências à eliminação da violência contra as mulheres e meninas em discursos sem o correspondente custeio, aos compromissos "transversais" sem uma instituição responsável pelos orçamentos, à subexecução crônica nos serviços de linha de frente e aos indicadores de desempenho vagos que não podem ser verificados de maneira independente. Visibilizar esses padrões antes que o ciclo seguinte estabeleça novos tetos. (Ver a lista de sinais de alerta a seguir.)

Moldar a narrativa pública em torno do dinheiro, não da intenção.

Utilizar artigos de opinião, relatórios e ações de comunicação com a mídia de maneira estratégica em momentos orçamentários-chave: apresentação do orçamento, revisões de meio de ano e publicação de auditorias. Vincular os resultados em matéria de eliminação da violência contra as mulheres e meninas diretamente às decisões de financiamento e mostrar como o investimento insuficiente se traduz em abrigos inseguros, justiça postergada ou serviços inacessíveis. A pressão da narrativa pública contribui para modificar aquilo que é politicamente defensável.

Construir coalizões capazes de sustentar a pressão ao longo dos ciclos.

Coordenar atividades de incidência com organizações de mulheres, prestadoras de serviços, coalizões de orçamento e justiça e instituições de pesquisa. A análise compartilhada fortalece a credibilidade, e a ação coletiva aumenta o custo político de ignorar as lacunas de financiamento em matéria de eliminação da violência contra as mulheres e meninas.

Oferecer soluções realistas, não demandas abstratas.

Acompanhar a crítica com propostas viáveis: proteger as alocações destinadas à eliminação da violência contra as mulheres e meninas dentro dos tetos de gastos, introduzir rótulos orçamentários, melhorar as transferências intergovernamentais para serviços ou fortalecer os requisitos de apresentação de relatórios.

Atenção a estes sinais de alerta

Lista de sinais de alerta

Sinais de advertência que devem ser identificados de forma antecipada em qualquer ciclo orçamentário:

- Referências à eliminação da violência contra as mulheres e meninas em discursos sem o correspondente custeio.
- Compromissos “transversais” sem uma instituição responsável pelos orçamentos.
- Subexecução crônica nos serviços de linha de frente, como abrigos, assistência jurídica e apoio psicossocial.
- Indicadores de desempenho vagos que não podem ser verificados de maneira independente.
- Realocações de meio de ano que desviam recursos de programas de eliminação da violência contra as mulheres e meninas.
- Lacunas persistentes entre a política nacional para eliminação da violência contra as mulheres e meninas e a prestação de serviços no nível subnacional.



Agradecimentos

Este artigo foi escrito por Joy Watson, revisado por Leah Goldmann e membros da equipe EVAW da ONU Mulheres, com design de Léa Drougard e ilustrações de Sarah Imran. Agradecimentos especiais às organizações de direitos das mulheres que participaram da Série de Aprendizagem e Diálogo da COFEM, que serviu de base para este artigo, bem como à ONU Mulheres e à União Europeia pelo financiamento da Iniciativa ACT.

Citação sugerida

Ficha temática 2: Acompanhamento do financiamento para a eliminação da violência contra as mulheres e meninas nos orçamentos nacionais, Prestação de contas em ação: obrigações dos Estados na eliminação da violência contra as mulheres e meninas. Guia de bolso (2026)

REFERÊNCIAS E RECURSOS

Budlender, D. (2000). «The political economy of women's budgets in the South» [A economia política dos orçamentos para as mulheres no Sul], en *World Development*, 28(7), pp. 1365–1378.

Budlender, D. (Ed.). (1996–1998). *The Women's Budget* [O orçamento das mulheres] (Volumes 1–3). Cidade do Cabo: Instituto para a Democracia na África do Sul (IDASA) / Agência Comunitária para a Pesquisa Social (CASE).

Chakraborty, L. (2014). *Gender-responsive budgeting as fiscal innovation: Evidence from India on processes* [Orçamento sensível a gênero como inovação fiscal: evidências da Índia sobre processos], em Levy Economics Institute Working Paper No. 797. Annandale-on-Hudson, Nova Iorque: Levy Economics Institute of Bard College.

FOWODE (2021). *Budgeting for Peace Report* [Elaboração de orçamentos pela paz].

Heller, P. (2005). *Understanding Fiscal Space* [Entender o espaço fiscal], documento de debate sobre políticas do FMI N.º 05/4, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

FMI (2018). *Fiscal Transparency Handbook* [Manual de transparência fiscal].

FMI (2024). *How to Develop and Implement a Medium-Term Fiscal Framework* [Como desenvolver e implementar um marco fiscal de médio prazo].

International Budget Partnership (2018). *Making the Most of the Budget Cycle: The Budget Oversight Stage* [Aproveitar ao máximo o ciclo orçamentário: a etapa de supervisão orçamentária].

Klatzer, E., Becirovic, A., Lubani, E., Ganic, E., Robert, E. and Xhani, B. (2025) *Gender-Responsive Budgeting for Public Officials and Practitioners Working at the National Level* [Elaboração de orçamentos sensíveis a gênero para pessoas funcionárias públicas e profissionais que trabalham no nível nacional]. ONU Mulheres para a Europa e a Ásia Central.

OCDE (2022). *Tax Policy and Gender Equality: A Stocktake of Country Approaches*[Política tributária e igualdade de gênero: balanço de abordagens nacionais].

Oxfam (2017). A Guide to Gender Responsive Budgeting [Guia sobre elaboração de orçamentos com perspectiva de gênero].

Secretaria da Fazenda e Crédito Público (anual). *Presupuesto de Egresos de la Federación: Anexo 13 — Erogaciones para la Igualdad entre Mujeres y Hombres* [Orçamento de Despesas da Federação: Anexo 13 — Recursos para a Igualdade entre Mulheres e Homens]. Cidade do México: Governo do México.

Transparency International (2014). *The Budget Process and Corruption Topic Guide* [Guia temático sobre o processo orçamentário e a corrupção].

ONU Mulheres (2025). *Gender Responsive Budgeting for Public Officials and Practitioners Working at the National Level* [Elaboração de orçamentos com perspectiva de gênero para servidoras/es públicas/os e profissionais que trabalham no nível nacional].

UN Women (2025) Engendering fiscal space: A policy framework for financing gender equality

REFERÊNCIAS E RECURSOS

[1] Fundo Monetário Internacional (FMI) (2024). *How to Develop and Implement a Medium-Term Fiscal Framework* [Como desenvolver e implementar um marco fiscal de médio prazo]. Ver também o Fundo Monetário Internacional (FMI) (2018). Fiscal Transparency Handbook [Manual de transparência fiscal].

[2] Fundo Monetário Internacional (FMI) (2024). *How to Develop and Implement a Medium-Term Fiscal Framework* [Como desenvolver e implementar um marco fiscal de médio prazo], Nota prática do FMI N.° 2024/005; ver também Fundo Monetário Internacional (FMI) (2018). Fiscal Transparency Handbook [Manual de transparência fiscal].

[3] O espaço fiscal é a margem dentro do orçamento de um governo que lhe permite alocar recursos a um determinado fim sem colocar em risco a sustentabilidade da posição financeira nem a estabilidade da economia. Ver Heller, P. (2005). *Understanding Fiscal Space* [Entender o espaço fiscal], documento de debate sobre políticas do FMI N.° 05/4.

[4] Uma transferência intergovernamental é uma transferência de fundos de um nível de governo para outro, geralmente do governo central para os governos subnacionais (estados, províncias, distritos ou municípios), com a finalidade de financiar a prestação de serviços públicos.

[5] A evidência sobre descentralização e prestação de serviços com perspectiva de gênero é heterogênea. Ver Oxfam (2017). *A Guide to Gender Responsive Budgeting* [Guia sobre elaboração de orçamentos com perspectiva de gênero]ONU Mulheres (2025). *Gender Responsive Budgeting for Public Officials and Practitioners* [Elaboração de orçamentos com perspectiva de gênero para servidoras/es públicas/os e profissionais que trabalham no nível nacional].

[6] Forum for Women in Democracy (FOWODE) (2021). *Budgeting for Peace: A Cost–Benefit Analysis of Violence Against Women and Girls in Uganda* [Orçamento para a paz: uma análise de custo benefício da violência contra as mulheres e meninas em Uganda], FOWODE, Kampala.

[7] Sobre a consolidação e os compromissos de custos, ver ONU Mulheres (2025) *Gender Responsive Budgeting Resource Pack* [Pacote de recursos sobre orçamento sensível a gênero] y Oxfam (2017).

[8] Com isso, nos referimos a avaliar se o tamanho total e a composição do orçamento (decisões macroeconômicas), bem como a proporção de recursos destinada a setores relevantes, como saúde, justiça, proteção social e educação (alocações setoriais), e os mandatos, a dotação de pessoal e os mecanismos de coordenação dos organismos responsáveis (desenho institucional) são coerentes com o que é necessário para prevenir a violência contra as mulheres e meninas e oferecer respostas às sobreviventes.

[9] Secretaria da Fazenda e Crédito Público (anual). *Presupuesto de Egresos de la Federación: Anexo 13 — Erogaciones para la Igualdad entre Mujeres y Hombres* [Orçamento de Despesas da Federação: Anexo 13 — Recursos para a Igualdade entre Mulheres e Homens]. Cidade do México: Governo do México.

[10] Chakraborty, L. (2014).

[11] R República de Ruanda (2013). Ley Orgánica N.° 12/2013/OL, de 12/09/2013, *Sobre las finanzas y los bienes del Estado* [Lei Orgânica N.° 12/2013/OL, de 12/09/2013, sobre finanças e bens do Estado]. Kigali: Governo de Ruanda.

[12] International Budget Partnership (2018). *Making the Most of the Budget Cycle: The Budget Oversight Stage* [Aproveitando ao máximo o ciclo orçamentário: a etapa de fiscalização orçamentária]..

[13] Para consultar sobre os riscos de corrupção e desvio de recursos na execução, veja a Transparency International (2014). Budget Process and Corruption Topic Guide [Guia temático sobre o processo orçamentário e a corrupção].

[14] Budlender, D. (2000). *«The political economy of women's budgets in the South»* [A economia política dos orçamentos para as mulheres no Sul], en World Development, 28(7), pp. 1365–1378.

[15] Escritório de Controle Orçamentário, República do Quênia (anual). *County Governments Budget Implementation* Review Reports [Relatórios de revisão da execução orçamentária dos Governos dos condados]. Disponível em: https://cob.go.ke

[16] Entre os exemplos de processos orçamentários feministas "sombra", incluem-se a Iniciativa de Orçamento para Mulheres da África do Sul (1995-2002); as análises pré e pós-orçamento do Grupo de Orçamento de Mulheres do Reino Unido; o trabalho orçamentário sobre gênero e paz da FONDUE em Uganda; e as análises orçamentárias com perspectiva de gênero da Oxfam na África Subsaariana.

[17] Budlender, D. (Ed.). (1996–1998)